



Discutindo questão agrária no Pontal do Paranapanema (SP): elementos para pensar agroecologia, reforma agrária e conflitos territoriais

Discussing agrarian question in Pontal do Paranapanema (SP): elements to think agroecology, agrarian reform and territorial conflicts

RABELLO, Diógenes¹; REIS, Ana Terra²; SILVA Lucas Souza³

¹ Universidade Estadual Paulista, diogenesrabello@yahoo.com; ² Escola Nacional Florestan Fernandes, anaterreireis@gmail.com, ³ Universidade Estadual Paulista, lucas.campesino2012@gmail.com

Eixo temático: Campesinato e Soberania Alimentar

Resumo: O Pontal do Paranapanema é uma porção do território paulista que possui suas singularidades e nos apresenta conjunto de elementos para pensar a questão agrária. Entre estes elementos podemos citar a estrutura fundiária e grilagem de terras, políticas públicas, reforma agrária, agrohidronegócio canavieiro e educação do campo. Dentro deste conjunto de elementos, a agroecologia tem surgido enquanto uma possibilidade de leitura do território a partir dos conflitos diretos com o avanço do capital agroindustrial canavieiro. Nosso objetivo é dialogar sobre o contexto sob o qual as práticas agroecológicas estão inseridas na região e as estratégias que têm surgido para fortalecer a transição agroecológica no Pontal. Como recurso metodológico, partimos da análise de entrevistas realizadas com famílias camponesas e lideranças de movimentos sociais, além da observação participante nos espaços de discussão sobre agroecologia junto com estes sujeitos.

Palavras-chave: agroecologia; reforma agrária; agrohidronegócio; conflitos territoriais.

Keywords: agroecology; land reform; *agrohidronegócio*; territorial conflicts.

Introdução

O trabalho pretende apresentar reflexões sobre agroecologia, entendendo-a como uma proposta política alternativa ao modelo agroindustrial, exportador, monocultor/latifundista vigente no campo, que é uma herança do pacote tecnológico da Revolução Verde, dos anos 1950/60. Dentre as inovações tecnológicas, que se consolidam a partir do final dos anos 1990, além das inovações mecânicas, o avanço da engenharia genética aplicada (por exemplo na produção dos transgênicos), da informática, da gestão de recursos humanos, e da química fina à agricultura, foram decisivos, pois formataram o pacote tecnológico em vigência, e isso tem se fortalecido como referência para a produção de *commodity* no Brasil.

A internalização do padrão técnico “moderno” foi justificada e legitimada pelo discurso do necessário aumento dos índices de produtividade agrícola dos países subdesenvolvidos, por meio da substituição dos sistemas de produção local ou técnicas tradicionais pelo pacote tecnológico. Desta forma, a Revolução Verde substituiu os modos tradicionais de produção pela agricultura modernizada, e referenciou a participação decisiva do Estado e do capital, representado pelas empresas e conglomerados produtores de insumos, máquinas/equipamentos, serviços, atacadistas/varejistas e o sistema financeiro.



Tomando como referência a atividade canavieira, constata-se a forma como tem se materializado no campo a adoção das novas tecnologias e toda a estratégia de planejamento integral da atividade agroindustrial, bem como a adoção de sistemas de controle e de subordinação do trabalho, alterando as relações sociais de produção e de trabalho no espaço agrário (THOMAZ JUNIOR, 2017).

É diante deste problema, representado pela produção canavieira que tem como característica a monoculturização, quimificação e degradação ambiental, que se fez necessário pensar a agroecologia como princípio fundamental e alternativa de produção para o campo, uma vez que esta tem como pressuposto uma concepção de desenvolvimento territorial pautada na diversidade de culturas, no aproveitamento dos recursos naturais, no manejo orgânico e na extinção do uso de agroquímicos, e na valorização dos saberes-fazeres tradicionais.

Metodologia

Foi realizada revisão bibliográfica em livros, teses, dissertações, monografias e textos publicados em periódicos - inclusive com acesso via publicações eletrônicas e demais documentos disponibilizados na internet -, que tratam a temática em questão, sobretudo, campesinato, agroecologia e agrohidronegócio canavieiro. As informações que fomentam nas discussões foram levantadas durante os trabalhos de campo nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema, onde foram realizadas observações participantes e entrevistas semiestruturadas. A possibilidade de compreensão da dinâmica dos fenômenos só puderam ser alcançados porque nos empenhamos em vincular as experiências que vivenciamos nas pesquisas de campo e a interação desses fenômenos com os demais fatos sociais e conflitos que emergem na realidade de vida dos sujeitos. É nesse movimento da práxis que conseguimos apreender que o agrohidronegócio suprime as possibilidades de reprodução socioterritorial das famílias camponesas e coloca entraves para a transição agroecológica.

Resultados e Discussão

O agrohidronegócio enquanto modelo de desenvolvimento do capital no campo é conduzido por empresas monopolistas, nacionais e transnacionais, sob referencial de alto grau de degradação ambiental dos recursos naturais e de intensa precarização do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009). A presença e desenvolvimento deste modelo no campo tem nos apresentado diversos elementos que nos leva a repensar as diversas outras realidades que conflitam constantemente com o avanço do agrohidronegócio, como por exemplo, o campesinato. Vale destacar que estes novos elementos nos exigem revisar conceitos como trabalho, resistência, saúde-doença, sustentabilidade etc. É nesta perspectiva que temos buscado desenvolver nosso projeto de pesquisa, encarando o avanço do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema, junto com as transformações que ele tem causado na realidade agrária, social, ambiental da região, e suas implicações para as diversas



formas de reprodução que os camponeses têm adotado e para a organização do trabalho familiar.

Essa forma de reprodução do capital no campo fundamenta-se para atender apenas os objetivos das empresas, as demandas econômicas do mercado, interno e externo, de açúcar e álcool, fundamentalmente, e não as demandas quanto à produção de alimentos, a segurança alimentar etc. A priorização da manutenção do abastecimento externo, por meio da *commoditização*, via a comercialização do açúcar é uma tendência do mercado, e, por isso, a necessidade de buscar índices de produtividade e eficiência que garantam vantagens comparativas dentro do mercado, impõem que os mecanismos de controle sobre o meio ambiente e os trabalhadores sejam fundantes, sendo, pois, esta é a marca do destrutivismo e da degradação sistêmica do capital (THOMAZ JUNIOR, 2017).

Segundo Barreto (2012), a expansão do agrohidronegócio canavieiro na região do Pontal aconteceu em dois momentos, o primeiro caracterizado pela formação das primeiras lavouras de cana-de-açúcar e implantação das unidades agroindustriais canavieiras no final da década de 1970, durante o segundo período do PROALCOOL. O segundo momento desta expansão ocorreu a partir de 2005, também com a ajuda de incentivos do Estado, com o forte impulso na produção de veículos *flex-fuel* (THOMAZ JUNIOR, 2009; BARRETO, 2012). A partir de 2003 o Estado atua para ampliar a matriz energética e, em um segundo plano, resgatar os empresários do setor canavieiro da crise que os atingia desde a década de 1990. O governo impulsiona o setor automobilístico, para a produção de carros *flex-fuel*. Thomaz Júnior (2009) aponta que essa ação foi o principal estímulo para a retomada da produção de agrocombustíveis e recuperação do setor canavieiro. O Pontal do Paranapanema é atingido por essa nova fase do agrohidronegócio canavieiro, agora com incentivo do Estado, a partir de 2005. Neste momento há a efetiva expansão das lavouras e implantação de novas unidades agroindustriais.

Conforme dados disponibilizados pelo Projeto Canasat¹ (2015), que destaca como ocorreu a expansão das áreas de cultivo de cana-de-açúcar entre o período de 2003/2004 a 2013/2014, observa-se que enquanto no Estado de São Paulo cresceu 192,1%, no Pontal do Paranapanema alcançou 493,4% (Gráfico 1).

¹ Desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o principal objetivo do Projeto CANASAT é fornecer um levantamento de dados e elaborar mapas e tabelas referentes a cultura de cana-de-açúcar por meio de imagens de satélite (PILOTO, 2012).

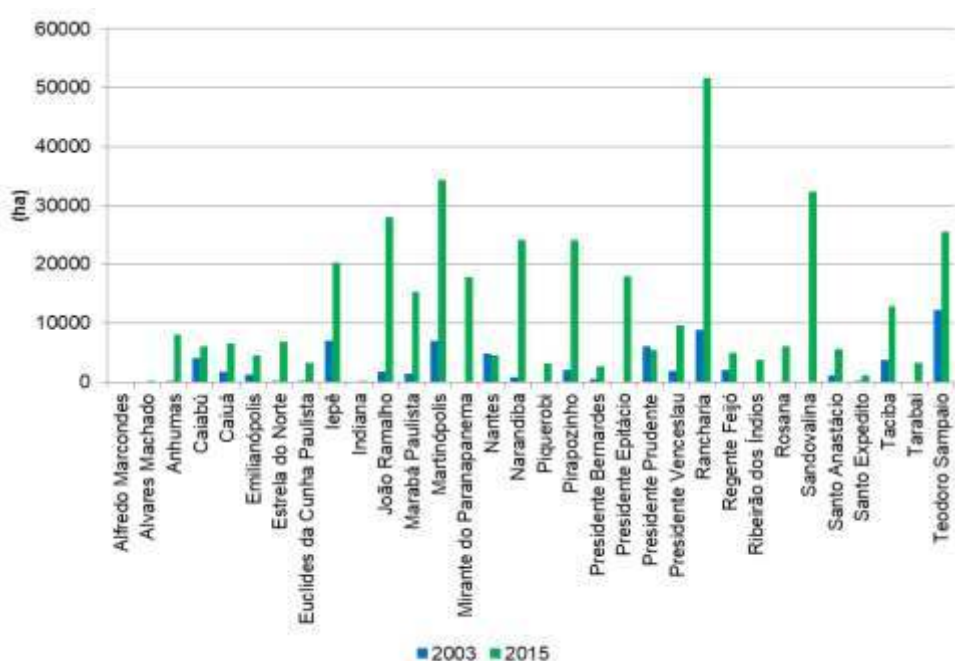


Gráfico 1. Avanço da área cultivada (ha) com cana-de-açúcar nos municípios do Pontal do Paranapanema (2003; 2015)

Fonte dos Dados: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2015).
 Organização: Diógenes Rabello (2017).

É diante deste cenário que temos pensado o sentido da agroecologia voltada para superação da ideia de mercantilização da alimentação. A agroecologia está pensada para além de mudança no padrão técnico de produção de alimentos, ela se desdobra em princípios que estão fundamentados no manejo da terra, sendo encontrada no processo de produção do alimento, que vai desde a forma de posse da terra até a destinação/consumo deste alimento, sendo, portanto, a técnica de produção um dos componentes deste processo.

Outro elemento que deve ser apontado no entendimento da agroecologia como proposta plena de desenvolvimento desde perspectivas políticas é o fato de ela ser bandeira dos movimentos sociais. Ou seja, embora a transição agroecológica aconteça pela soma de forças dos sujeitos, instituições/organizações, academia e outros, são os movimentos sociais do campo os maiores incentivadores e promotores da transição agroecológica. Estes movimentos têm buscado trabalhar o princípio da agroecologia desde suas formações de base e associado à outras discussões inerentes ao contexto agrário, como juventude, gênero e educação, por exemplo. Estes elementos são abarcados pelo conceito de Reforma Agrária Popular, proposta originariamente cunhada pelo MST.

A Reforma Agrária Popular expressa a pauta de lutas deste movimento, que busca apresentar uma proposta de desenvolvimento do campo que contemple a totalidade das necessidades dos trabalhadores rurais com e sem terra. Desde a perspectiva do MST, ela supera a ideia de Reforma Agrária aplicada pelo Estado, que na atualidade



tem trabalhado apenas no âmbito da redistribuição de terras - oriunda da compra de terras privadas, ou indenização das benfeitorias para os grileiros que estão de posse das terras públicas devolutas -, mas tem deixado outras emergências desta luta de lado.

Ela é, portanto, a busca pela autonomia dos camponeses em relação aos seus modos de vida, por isso apresenta abarca a ideia de territorialização camponesa a partir da terra, da educação, da saúde, da igualdade nas relações de gênero e na reprodução social dos jovens. Nesta perspectiva, a agroecologia é vem sendo pensada pelo MST como a proposta social de praticar agricultura no campo, já que ela está perpassando por todos estes elementos.

Para discutir a agroecologia “com os pés no chão”, considerando-a desde a perspectiva dos sujeitos e no território, estamos nos apoiando no entendimento dela por dentro do debate sobre a Soberania Alimentar. O conceito de soberania alimentar é definido, de acordo com a Via Campesina (1996), como sendo o direito de todos os povos, ou países, em decidir sobre suas próprias políticas no que diz respeito a agricultura e alimentação. Estas políticas precisam se estruturar, porém, de forma a privilegiar a produção local para o abastecimento das áreas próximas, assegurando o direito e soberania de cada nação manter e desenvolver a sua própria capacidade de produzir seus alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural, ambiental e produtiva dos povos.

Conforme Altieri (2010),

O conceito emergente de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor (ALTIERI, 2010, p. 24).

Entender a agroecologia pelo viés da Soberania Alimentar nos ajudar a considerar, também, o papel fundamental dos agentes sociais locais (movimentos sociais, ONG's, associações, cooperativas, etc) para a transição agroecológica, pois, como lembra Altieri (2010, p.30), “os movimentos sociais rurais abraçam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa ao método neoliberal que acredita num comércio internacional injusto para solucionar o problema da comida do mundo”.

Conclusões

Nosso desafio neste texto foi entender os desafios para a agroecologia no ambiente institucionalizado na cana-de-açúcar. Isso significa nos prender atenção sobre a reflexão da coexistência entre a agroecologia e a monocultura da cana-de-açúcar, captar as vicissitudes do conflito direto entre modelos de agricultura inteiramente diferentes e que se expõem entre si, e com isso olhar para o Estado enquanto promotor de desigualdades para o campo (favorecendo o desenvolvimento do



agrohidronegócio), o agrohidronegócio, por sua vez, como detentor de poder político em diferentes escalas (um olhar focado para os municípios pequeno, como os do Pontal do Paranapanema nos mostrará a influência que uma empresa de processamento de cana-de-açúcar exerce para a construção de um discurso alinhado aos interesses do capital agroindustrial) causando diferentes formas de desterritorialização do campesinato. Mas, que por outro, o as famílias camponesas se reinventam, criando estratégias e apresentam grande ousadia para não somente permanecer no campo, mas permanecer apostando na agroecologia.

Considerando que a agroecologia só pode ser praticada pelos povos tradicionais que vivem da/na terra, os camponeses neste caso, faz-se fundamental que a estrutura fundiária favoreça a territorialização destes povos no campo. Diante disso, no próximo tópico trazemos o exemplo do México e como a sua estrutura fundiária favorece a reprodução do campesinato e a agroecologia.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Ano 13, nº. 16, Presidente Prudente, 2010, p. 22-32.

BARRETO, M. J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho**. 2012, 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2012.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI** (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009, 997p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

_____. Degradação Sistêmica do Trabalho no Agrohidronegócio. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, set/ 2017a.

PILOTO, B. M. **Análise da evolução do cultivo de cana-de-açúcar na região do Médio Paranapanema no período de 2003 a 2012 a partir de dados do Projeto CANASAT**. 2012. 51 f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Campus Experimental do Ourinhos. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Ourinhos, 2012. Portal NovaCana.com. Disponível em: <https://www.novacana.com/cana/uso-agua-producao-cana-etanol/>. Aceso em: 18 de agosto de 2017.